



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0001598-67.2015.8.24.0600  
Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária  
Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina  
Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Quilombo

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 29/2015-CGJ  
Período da correição: 5-10-2015 a 4-12-2015

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern  
Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo  
Analista Jurídico: André Pacheco



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Quilombo

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Quilombo, Formosa do Sul, Irati e Santiago do Sul

Juiz titular: Vanessa Bonetti Haupenthal

Chefe de cartório: Iliane Maria Casagrande Grandó

Última correição por equipe da CGJ/SC: (3-10-2012) (0012666-19.2012.8.24.0600)

Competência: Vara Única

Entrância: inicial

Data da instalação/lei de criação: 10-5-1986/Lei 6.543/85

Observações:



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		1.998
1.1.2	Processos em andamento	1.637	
1.1.3	Procedimentos em andamento	361	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		601
	Cível – Genérico – Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise do Cartório	75	
1.1.4.2	Ag. Audiência	1	
1.1.4.3	Ag. Encerramento do Ato	150	
1.1.4.4	Ag. Prazo	5	
1.1.4.5	Concluso para Decisão Interlocutória	1	
1.1.4.6	Concluso para Despacho	1	
1.1.4.7	Concluso 1	2	
1.1.4.8	Cumprir Hasta Pública	3	
1.1.4.9	Recebido Contadoria	2	
1.1.4.10	Recebido Serviço Social	2	
	Criminal – Genérico – Processo		
1.1.4.11	Ag. Audiência	1	
1.1.4.12	Ag. Encerramento do Ato	18	
1.1.4.13	Concluso para Sentença	3	
1.1.4.14	Cumprir – Urgente	2	
1.1.4.15	SIDEJUD – Ag. Expedir Alvará	9	
	Execução Fiscal – Processos		
1.1.4.16	Ag. Análise do Cartório	6	
1.1.4.17	Ag. Encerramento do Ato	66	
1.1.4.18	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	6	
1.1.4.19	Recebido Contadoria	17	
	Execução Penal - Processo		
1.1.4.20	Ag. Análise do Cartório	1	
1.1.4.21	Ag. Encerramento do Ato	13	
1.1.4.22	Cumprir – Urgente	1	
1.1.4.23	Petição Inicial	1	
1.1.4.24	Recebido do Juiz – Despacho	1	
	Família – Processo		
1.1.4.25	Ag. Análise do Cartório	2	
1.1.4.26	Ag. Audiência	2	
1.1.4.27	Ag. Encerramento do Ato	66	
1.1.4.28	Ag. Prazo	25	
1.1.4.29	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	18	
1.1.4.30	Recebido Serviço Social	15	
	Juizado Especial Cível – Processo		
1.1.4.31	Ag. Encerramento do Ato	27	
1.1.4.32	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	15	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**

fls. 147

Juizado Especial Criminal – Processo			
1.1.4.33	Ag. Encerramento do Ato	33	
1.1.4.34	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	9	
1.1.4.35	Recebido do Juiz – Sentença	1	
Juizado Especial Fazendário – Processo			
1.1.4.36	Ag. Encerramento do Ato	1	
Indicador		Valor	
1.1.5	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Contadoria	3	0
1.1.5.2	Distribuição	1	0
1.1.5.3	Ministério Público	113	13
1.1.5.4	Serviço Social	1	0
1.1.6	Observações		
a) Informações obtidas em 11-2-2016.			
b) O SAJ5 foi instalado na unidade em abril/2014.			



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.303
1.2.2	Processos em andamento	2.909
1.2.3	Procedimentos em andamento	394
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	251
1.2.5	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: janeiro de 2016.

### PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Distribuição	2 0
1.2.8	Sirlene Daniela Puhl (Juiz)	1 1
1.2.9	Vanessa Bonetti Haupenthal (Juiz)	109 12
1.2.10	Ministério Público	31 4
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.11	Advogado	72 42
1.2.12	Leiloeiro	10 7
1.2.13	Perito	5 0
1.2.14	Procuradorias	40 0
1.2.15	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: janeiro de 2016 (mês atual).

### PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.16	Quantidade total de processos com o juiz	78	110	188

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.17	Janeiro a dezembro de 2013	1.667	139
1.2.18	Janeiro a dezembro de 2014	1.552	129
1.2.19	Janeiro a dezembro de 2015	1.731	144
1.2.20	Janeiro de 2016	114	114
1.2.21	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	16	1
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		3	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		23	2
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		24	4
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		35	10
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		5	1
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		3	1
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	145	76
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	10	20
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 30-9-2015. b) Segunda verificação em 12-2-2016. c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade. d) Itens 1.3.1 a 1.3.8 e 1.3.10: o relatório não deve trazer registro. e) Item 1.3.9: o relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	23	1	12	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	3	3	1	1
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	15	12	8	3
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	69	56	78	61
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	0	0	98	2
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	32	10	39	18
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	2	0	18	2
1.3.11.8	Cartório - arquivar	48	43	35	31
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	13	6	17	11
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	50	3	65	1
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	61	3	45	1
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	28	1	9	3
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	216	86	176	68
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	13	4	73	17
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	1	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	41	33	50	28
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	5	1
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	0	0	0	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	1	1	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 30-9-2015.				
	b) Segunda verificação em 12-2-2016.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				





#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	240	10
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		275	35
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		214	13
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		176	16
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		6	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	12	13
		Definitivo		16	22
1.4.7.1	Réu preso - total			28	35



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-8-2015)		1.392	687	
	Petição intermediária		200	136	
	Peticionamento eletrônico		21	10	
	Mandados		49	0	
	AR		51	39	
	Execução de sentença		1	0	
	Incidente processual		2	0	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	466	336	
	Pauta de audiências		14	0	
	Carga		110	13	
	Cartas recebidas		14	6	
	Processo		23	3	
	Recurso		1	0	
	Usuário		440	144	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			604	635
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			32	18
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			25	7
1.4.12	Observações				
	a) Primeira verificação em 30-9-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 604 processos, 12 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 592 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 12-2-2016. b.1) Item 1.4.9: dos 635 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 634 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". c) Itens 1.4.1 a 1.4.6: O relatório não deve trazer registro. d) Item 1.4.7: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos em unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais. e) Item 1.4.8: O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.				



## 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	65	13
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		69	46
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		4	2
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		1	1
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		29	43
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 30-9-2015.</p> <p>a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de agosto de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 12-2-2015.</p> <p>b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de maio de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>c) Item 1.5.1: o relatório não deve trazer registro.</p>				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Parcialmente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado

### 1.6.6 Observações

a) Primeira verificação em 30-9-2015.

a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 11-9-2015.

a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 273 registros de processos e 496 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se 20 processos, dos quais 19 estavam cadastrados no SNBA (0001526-48.2010.8.24.0053, 0001318-30.2011.8.24.0053, 0001069-45.2012.8.24.0053, 0000997-58.2012.8.24.0053, 0000956-91.2012.8.24.0053, 0000922-48.2014.8.24.0053, 0000717-53.2013.8.24.0053, 0000646-85.2012.8.24.0053, 0000621-09.2011.8.24.0053, 0000555-63.2010.8.24.0053, 0000542-88.2015.8.24.0053, 0000537-08.2011.8.24.0053, 0000489-15.2012.8.24.0053, 0000418-08.2015.8.24.0053, 0000413-59.2010.8.24.0053, [REDACTED], 0000348-25.2014.8.24.0053, 0000271-84.2012.8.24.0053 [REDACTED]) e 1 não estava cadastrados no SNBA ([REDACTED]).

a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): mês faltante julho/2009.

a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

b) Segunda verificação em 12-2-2015.



- a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 5-1-2016.
- a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 308 registros de processos e 602 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se 10 processos, entre os quais 3 estão cadastrados no SNBA (0000667-90.2014.8.24.0053, [REDACTED] e 0000004-44.2014.8.24.0053) e 7 não estão cadastrados no SNBA (0001274-40.2013.8.24.0053, 0000917-89.2015.8.24.0053, [REDACTED], 0000668-75.2014.8.24.0053, 0000267-42.2015.8.24.0053, 0000178-19.2015.8.24.0053, 0000143-64.2012.8.24.0053).
- a.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.
- a.4) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade. a) Primeira verificação em 30-9-2015. a1) Os relatórios de visitas não estão assinados. b) Segunda verificação em 12-2-2015. b1) Os relatórios de visitas não estão assinados. c) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema.		



## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2015.

Perla Maria Fusinatto Schappo  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

André Pacheco  
Analista Jurídico - M20683